



ESTADO DA PARAÍBA

Certifico, para os devidos fins que esta
LEI COMPLEMENTAR foi publicada no
DOE, Nesta Data 06 / 11 / 2025
Cera Jucia SA
Gerência Executiva de Registro de Atos e
Legislação da Casa Civil do Governador

LEI COMPLEMENTAR Nº 215 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.
AUTORIA: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

**Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei
Complementar nº 96, de 3 de dezembro de
2010 e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º O art. 205 da Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de
2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 205. A Turma Recursal é composta por 4 (quatro) Juízes de
Direito de entrância final, denominado Juiz de Turma Recursal, com a competência de que
trata o art. 210 desta Lei.

Parágrafo único. Nos casos de impedimento, suspeição ou afastamento
legal de membro da Turma Recursal, a substituição será feita por juiz da mesma Turma,
seguindo-se a ordem decrescente de antiguidade. Esgotadas todas as possibilidades, essa
ordem será reiniciada a partir do juiz mais antigo, conforme disciplina norma resolutiva do
Tribunal de Justiça.”.

Art. 2º O *caput* e o § 2º do art. 211 da Lei Complementar nº 96, de 3
de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 211. Haverá 3 (três) Turmas Recursais, 2 (duas) na Comarca da
Capital e 1 (uma) na Comarca de Campina Grande, todas com competência plena para o
julgamento de recursos relacionados à Fazenda Pública e às demais matérias de competência
dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, bem como para o processamento e julgamento das
ações originárias previstas no microsistema dos juizados especiais.

[...]

§ 2º As Turmas Recursais terão jurisdição em todo o território
estadual, e seus Gabinetes serão numerados conforme disposto em Ato da Presidência do
Tribunal de Justiça da Paraíba, identificando-as da seguinte forma:

I – as Turmas Recursais sediadas na Comarca da Capital serão
denominadas 1ª e 2ª Turmas Recursais;



ESTADO DA PARAÍBA

II – a Turma Recursal sediada na Comarca de Campina Grande será denominada 3ª Turma Recursal.”.

Art. 3º Fica extinto, na estrutura do Poder Judiciário, o Juizado Especial Misto da Comarca de Mamanguape.

Parágrafo único. Os processos em tramitação na unidade judiciária prevista no *caput* deste artigo serão redistribuídos para as demais unidades judiciárias da Comarca de Mamanguape, nos termos de Resolução do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Art. 4º O art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 160, de 19 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A primeira circunscrição judiciária, com sede na Comarca de João Pessoa, contará com 10 (dez) Juizados Auxiliares Mistos.”.

Art. 5º O art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 160, de 19 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A segunda circunscrição judiciária, com sede na Comarca de Campina Grande, contará com 05 (cinco) Juizados Auxiliares Mistos.”.

Art. 6º Fica extinto o juizado auxiliar misto da sexta circunscrição judiciária, com sede na Comarca de Guarabira.

Art. 7º O cargo de Juiz de Direito resultante da redução prevista no art. 6º desta Lei fica transformado em Juiz de Direito de Turma Recursal, de entrância final, sediado em Campina Grande.

Art. 8º Ficam revogados os arts. 206, 207, 209 e o § 3º do art. 211, todos da Lei Complementar Estadual nº 96/2010.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 05 de novembro de 2025; 137º da Proclamação da República.

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador